

TEMA REPRESENTAÇÃO

PRIORIDADE



OCB

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Modernizar a Lei 5.764/1971 (Lei Geral das Sociedades Cooperativas), permitindo a utilização de tecnologia, ampliando as fontes de financiamento, assegurando um procedimento semelhante a recuperação judicial, dentre outros pontos.



5

5

Atuar junto a Frencoop para que seja encaminhado para votação o adequado tratamento tributário do ato cooperativo (PLP 271/2005).



5

5

Publicar o decreto regulamentador da Lei 12.690/2012, garantindo os avanços promovidos pela legislação e dando segurança jurídica para a atuação das cooperativas de trabalho.



4

4

Aprovar o Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas (PLC 75/2018).



5

5

Normatizar o Marco Regulatório do Transporte de Passageiros junto a Agência Nacional de Transportes Rodoviários (ANTT)



3

4

Alterar a legislação previdenciária assegurando o recolhimento da contribuição previdenciária dos garimpeiros apenas sobre a parcela de sua produção.



1

1

Possibilitar a redução da idade mínima e tempo de contribuição para atividades laborais que prejudiquem a integridade física, psicológica ou que apresentem riscos ao segurado ou a outras pessoas, como no caso de professores, médicos, trabalhadores rurais e motoristas profissionais.



3

3

Aperfeiçoar os canais de comunicação entre o Sistema OCB e as lideranças cooperativas.



5

4

Criar rede virtual com os parlamentares da Frencoop para municiá-los de informações e demandas do cooperativismo.



5

5

Fortalecer a atuação de representação das OCEs e as Frencoops estaduais.



5

5

TEMA REPRESENTAÇÃO

PRIORIDADE



OCB

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Buscar reconhecimento, tanto na formulação de políticas como em processos de contratações públicas, do registro na OCB como um importante instrumento de verificação do cumprimento da legislação cooperativista.



5

5

Ampliar os canais de comunicação do cooperativismo com o poder público, assegurando o papel da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como órgão técnico-consultivo do governo e representante nacional do segmento em todos os fóruns e instancias de interesse, conforme prevê a Lei Geral das Cooperativas (art. 105 da Lei 5.764/1971).



5

5

Criar estruturas e processos específicos para o cooperativismo em ministérios, agências reguladoras e em outros órgãos públicos.



3

4

Assegurar a participação de representantes do cooperativismo como vogais de juntas comerciais, de forma a ampliar o conhecimento dos órgãos de registro público sobre as cooperativas e adequar os procedimentos e exigências a realidade do setor.



5

3

Garantir maior representatividade da base de cooperativas nos conselhos especializados por ramos, com mecanismos que garantam que o representante dos estados colha a opinião da base.



5

5

Atuar, junto aos órgãos de regulamentação e fiscalização, requerendo a intensificação do combate a condutas ilegais e ao não cumprimento de exigências mínimas para a oferta de serviços de transporte urbano.



4

4

Ampliar o Fundo de Previdência da OCB visando possibilitar a adesão das cooperativas como benefício a seus empregados.



4

4

TEMA REPRESENTAÇÃO

PRIORIDADE



SESCOOP

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Defender os recursos do SESCOOP e combater as iniciativas do governo e do Legislativo de estatização ou realocação dos recursos.



5

5

Desenvolver programa de estímulo para a formação de novas cooperativas.



3

3

Criar modelo de compartilhamento de serviços em âmbito regional entre unidades estaduais do Sistema OCB.



3

3

Obter o reconhecimento por parte dos órgãos de controle e de fiscalização em relação as particularidades do SESCOOP para a contratação de profissionais e para a terceirização de serviços.



4

4

CNCOOP

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Passar para as Confederações a responsabilidade do registro sindical, seu funcionamento, custeio e registro de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.



4

4

Criar sindicatos por ramos em âmbito estadual ou interestadual.



2

2

Consolidar a Contribuição Confederativa como forma de dar sustentabilidade ao Sistema Sindical Cooperativo.



3

3

Garantir a participação da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) nas instâncias governamentais de discussão e deliberação de temas trabalhistas e sindicais.



4

4

TEMA GOVERNANÇA

PRIORIDADE



COOPERADO

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Implementar mecanismos de governança cooperativa para relacionamento com os cooperados, como a Organização do Quadro Social, a educação cooperativista e a fidelização.



5

5

Estimular a participação das mulheres e jovens nos conselhos e diretorias das cooperativas e nas entidades de representação do cooperativismo.



4

3

Estimular a criação de núcleos de cooperados para que seus líderes sejam preparados para assumir posições nos conselhos.



4

4

Criar uma "universidade do cooperativismo" de abrangência nacional, reunindo todas as atividades de capacitação e promoção social numa logomarca única, com reconhecimento do MEC.



3

3

Criar plataforma web de relacionamento com o cooperado para que ele possa acompanhar o capital social, a distribuição das sobras, a prestação de contas, entre outros temas.



4

4

PROCESSO ASSEMBLEAR

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Adequar as regras de convocação e representatividade de cooperados em assembleias.



3

3

Desenvolver soluções tecnológicas que permitam a participação virtual de cooperados em assembleias e buscar o devido reconhecimento legal.



4

4

TEMA GOVERNANÇA

PRIORIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA EXECUTIVA

SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Elaborar/alterar legislação que possibilite a expressa segregação entre propriedade e gestão, com Conselho de Administração (direcionamento estratégico) e Diretoria Executiva (execução das diretrizes estratégicas) nos negócios cooperativos.



4

4

Elaborar modelo de compliance adequado às cooperativas.



4

4

Definir grade curricular mínima de capacitação para certificação de conselheiros.



5

5

Promover a importância do processo de sucessão nas cooperativas.



4

5

Elaborar programa de apoio à sucessão nas cooperativas.



4

4



SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Desenvolver programa de apoio às cooperativas para planejamento estratégico e revitalização dos negócios, bem como para as áreas jurídica e contábil.



5

5

Identificar e promover boas práticas de governança e gestão em cooperativas de todos os setores e portes.



4

5

Adotar sistema de qualificação em gestão à distância ou semi-presencial para o maior número possível de gestores de cooperativas, em parceria com instituições de ensino reconhecidas e qualificadas.



4

4

Privilegiar a temática "transformação digital" nos planos estratégicos e planos diretores de tecnologia da informação das cooperativas.



5

4

TEMA **COMUNICAÇÃO**

PRIORIDADE



SIM NÃO IMPACTO URGÊNCIA

Aperfeiçoar e ampliar a campanha SomosCoop como uma ação permanente de comunicação e marketing do cooperativismo



5

5

Criar um fundo nacional para financiar grandes campanhas de comunicação e marketing cooperativo.



5

4

Modernizar a identificação visual do sistema cooperativista nacional, criando nova logomarca a ser utilizada por todas as entidades do Sistema OCB.



3

3

Comunicar melhor e prestar contas das iniciativas que mostram que as cooperativas trabalham observando os princípios da sustentabilidade.



5

5

Elaborar uma Estratégia Nacional de Comunicação (interna e externa) do Cooperativismo, de longo prazo, ágil e inovadora, com participação de cooperativas de referência e com base em pesquisas.



5

5

Cobrar do estado a legalização das cooperativas constituídas à margem da legislação, para evitar imagem negativa.



5

5

Promover, com maior frequência, pesquisas de avaliação de produtos, serviços e atendimento do Sistema OCB e sobre o reconhecimento do cooperativismo na sociedade brasileira.



5

4

Criar redes de comunicação entre as cooperativas para compartilhamento de ideias, necessidades, estratégias e tecnologias.



4

5

Ampliar o alcance de programas que trabalham conceitos de cooperativismo e cooperação nas escolas, como o Cooperjovem.



5

5

Declarar para a sociedade, imprensa e agentes públicos o comprometimento do cooperativismo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.



4

5

TEMA **INOVAÇÃO**

PRIORIDADE



SIM NÃO

IMPACTO

URGÊNCIA

Incentivar startups e aceleradoras a produzir ideias e soluções para o cooperativismo.



4

4

Estimular a criação de cooperativas digitais e de startups cooperativas.



4

4

Criar programa para geração de novas tecnologias de gestão para o cooperativismo.



4

4

Estimular parcerias público-privadas para pesquisas em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na área de cooperativismo.



4

4

Incentivar, por meio de aperfeiçoamentos legais e políticas públicas, o modelo cooperativista como opção sustentável para explorar as novas tendências de se trabalhar de forma colaborativa e em rede.



5

4

Desenvolver programa de capacitação em inovação para conselheiros e dirigentes do Sistema OCB e das cooperativas.



4

5

Promover a intercooperação para o compartilhamento e acesso a novas tecnologias.



5

5

Ampliar o contato com a academia e os incentivos (bolsas e prêmios) para impulsionar estudos sobre digitalização e novas tendências no cooperativismo.



5

4



Adequar, aprimorar ou criar linhas de crédito oficiais para todos os segmentos do cooperativismo, sem interromper as atuais políticas de fomento ao modelo de negócio cooperativista.



5

4

Criar e regulamentar instrumentos de capitalização e captação de investimentos pelas cooperativas, como por exemplo Certificados de Crédito Cooperativo.



4

4

Estruturar um programa para autofinanciamento das cooperativas composto pelas sobras.



3

3

Ampliar a internacionalização das cooperativas, estimulando a promoção e a criação de marcas conjuntas, centros de distribuição e escritórios no exterior.



4

4

Desenvolver redes de pequenas cooperativas para fornecimento de insumos e comercialização de produtos e serviços.



4

4

Incentivar a organização das cooperativas de prestação de serviços em plataformas on-line, de forma a modernizar suas atividades e galgar novos espaços no mercado.



5

5

Realizar parcerias entre cooperativas ou com terceiros para investimentos em logística, transporte, produção de insumos, terminais de distribuição de produtos e exportação.



4

4

Legalizar a atividade de fornecimento de seguros privados por cooperativas, por meio da aprovação do PLP 519/2018.



4

4

Legalizar a formação de cooperativas para gestão de fundos de previdência complementar.



3

3

Obter o reconhecimento dos órgãos que contratam, bem como daqueles que fiscalizam os processos licitatórios, da possibilidade de participação de cooperativas em contratações públicas de bens e serviços, conforme previsto na legislação vigente (Lei 8.666/1993 e Lei 12.690/2012).



5

5

Realizar estudos e pesquisas a fim de compatibilizar nichos de atuação promissores e cooperativas que podem atuar nesses mercados.



4

4

TEMA INTERCOOPERAÇÃO

PRIORIDADE



SIM NÃO IMPACTO URGÊNCIA

Estimular a intercooperação para a formação de centros prestadores de serviços de tecnologia e inovação.



5

5

Incentivar a intercooperação técnica e comercial entre as cooperativas de ramos diferentes.



5

4

Desenvolver modelos de intercooperação técnicas e comerciais.



4

4

Estudar modificações na participação igualitária das cooperativas nas centrais.



3

3

Estimular a formação de sociedades de propósito específico ou alianças estratégicas por parte das cooperativas para o desenvolvimento de determinado negócio e/ou produto.



4

3

Estruturar um modelo de parcerias de cooperativas com empresas mercantis, em áreas específicas e suplementares, a exemplo da produção de insumos, comércio internacional, mercado digital, etc.



3

3

Elaborar programa de intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre cooperativas.



5

5

Realizar estudo sobre experiências de intercooperação bem-sucedidas entre cooperativas.



5

5

Criar incubadora e aceleradora de intercooperação, onde cooperativas voluntariamente manifestam interesse em cooperar e o Sistema OCB promove estudos de viabilidade e benefício/custo.



5

5

SUGESTÕES DE NOVAS DIRETRIZES:

TEMA: INTERCOOPERAÇÃO

Criar maior intercooperação entre cooperativas de ramos diferentes com objetivo de buscar apoio político em nível, municipal, estadual e federal, reforçando a representação política.

TEMA: MERCADOS

Tributação – monitoramento e benefício para as cooperativas.

Mapear a Concorrência

Celeridade nas ações do sistema;

Incentivar a industrialização como forma de agregar valor às commodities

TEMA: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA EXECUTIVA

Desenvolver programa de preparação/capacitação contínua à sucessão

SUGESTÕES PARA MELHORAR A REDAÇÃO DAS DIRETRIZES

TEMA: GOVERNANÇA - COOPERADO

Onde se lê: Estimular a participação das mulheres e jovens nos conselhos e diretorias das cooperativas e nas entidades de representação do cooperativismo.

Leia-se: Estimular a participação dos diferentes grupos de diversidade nos conselhos e diretorias das cooperativas e nas entidades de representação do cooperativismo.

TEMA: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA EXECUTIVA

Onde se lê: Elaborar modelo de compliance adequado às cooperativas.

Leia-se: Elaborar modelo de Programa de compliance adequado às cooperativas.

TEMA: GESTÃO

Onde se lê: Privilegiar a temática “transformação digital” nos planos estratégicos e planos diretores de tecnologia da informação das cooperativas.

Leia-se: Privilegiar a temática “transformação digital” nos planos estratégicos

INOVAÇÃO

Onde se lê: Criar programa para geração de novas tecnologias de gestão para o cooperativismo.

Leia-se: Criar programa para geração de novas tecnologias de gestão para o cooperativismo, com definição de indicadores chaves para monitoramento dos resultados

Onde se lê: Estimular parcerias público-privadas para pesquisas em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na área de cooperativismo.

Leia-se: Estimular parcerias para pesquisas em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na área de cooperativismo.